

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A PEC da reforma administrativa é adequada?

Não

Sucatear o funcionalismo é precarizar os serviços

Concurso público, que garante o mérito, e a estabilidade, que preserva a independência técnica dos servidores, são defesas da sociedade

Artur Marques da Silva Filho

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), é presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP)

Mais uma vez, sob o rótulo sedutor de “reforma administrativa”, surge no Congresso Nacional uma proposta que ameaça desmontar o serviço público brasileiro. A PEC 38/2025, aprovada em comissão especial da Câmara dos Deputados, é um projeto temerário. Não fortalece as instituições que servem ao cidadão, não valoriza os servidores e tampouco melhora a eficiência operacional. Seu efeito real será aprofundar a precarização dos serviços e fragilizar quem os presta.

A leitura da PEC revela um diagnóstico claro: tudo nela converge para reduzir direitos, enfraquecer carreiras e abrir espaços à terceirização e à instabilidade. Extingue adicionais por tempo de serviço, impõe carreiras com no mínimo 20 categorias de evolução, proíbe reajustes e retroativos e cria rígidos limites de despesas com pessoal, que inviabilizam concursos e recomposição salarial. O resultado é previsível, ou seja, menos servidores, piores salários e serviços públicos cada vez mais sucateados.

Há, ainda, a figura absurda do “concursado temporário”: servidores que ingressariam por concurso, mas seriam exonerados após dez anos, sem estabilidade nem direitos trabalhistas. É um trabalhador estatutário precarizado e condenado à incerteza. Some-se a isso a possibilidade de extinção arbitrária de cargos e carreiras, a descaracterização de funções típicas de Estado e a remuneração variável por “produtividade”, que elimina a paridade e mina o sustento das aposentadorias.

Cabe acentuar que o concurso público, que garante o mérito, e a estabilidade, que preserva a indepen-

dência técnica dos servidores, são instrumentos do Estado democrático de Direito para imunizar a administração contra influências político-partidárias e limitar contratações de apadrinhados e fisiológicas. Assim, atendem aos interesses maiores da população brasileira.

Dizem que a PEC não atinge os atuais servidores. Mas é ilusão imaginar que o desmonte de carreiras, o achatamento das remunerações e o estrangulamento das previdências públicas não terão impacto sobre todos. Trata-se de uma reforma contra o funcionalismo e o serviço público e nocivo à sociedade, cuja grande maioria depende do Estado para ter acesso à saúde, educação, segurança, Justiça, Previdência, assistência social, fiscalização, extensão rural e tantos outros serviços fundamentais.

Diante das previsíveis consequências danosas, cabe perguntar: a quem interessa essa proposta? Certamente não à população, que depende de serviços públicos de qualidade, nem aos servidores, que dedicam a vida a garantir o funcionamento do Estado. Assim, a PEC parece atender aos anseios de setores privados que veem no serviço público uma oportunidade de negócio e de se apropriar de recursos e infraestrutura que pertencem ao povo brasileiro. É algo que interessa a quem deseja um Estado fraco, reduzido à lógica do lucro, sem compromisso com o interesse coletivo.

Qualquer reforma administrativa digna desse nome deve buscar modernização com valorização. Deve estimular o mérito sem eliminar a estabilidade; promover formação e desenvolvimento sem destruir carreiras; corrigir distorções sem extinguir direitos. É possível reformar com responsabilidade e diálogo, mas nunca às custas do serviço público e de quem o sustenta.

Dada a gravidade do risco representado pela PEC 38/2025, nós, da AFPESP, defendemos a união de todas as entidades representativas do funcionalismo para buscar o arquivamento dessa proposta nociva. Por isso, apoiamos integralmente o manifesto do Fórum das Entidades de Servidores, que conclama os deputados federais a votarem contra a proposta em plenário. Afinal, todos os argumentos que enumerei neste artigo evidenciam que rejeitá-la é um ato de responsabilidade com o Brasil.

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Sim

Peso da máquina estatal emperra investimentos

É preciso reajustar o custeio do Estado, revendo remunerações, adicionais, benefícios e despesas não prioritários; foco agora deve ser a gestão

Vivien Mello Suruagy

Presidente da Federação Nacional de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra)

A PEC 38/2025, que altera normas sobre a administração pública para aperfeiçoar a governança e a gestão, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios, atende aos interesses maiores da população brasileira.

Em tramitação na Câmara dos Deputados, a matéria é uma resposta aos anseios dos setores produtivos, da sociedade, do Legislativo e do próprio governo, buscando mais produtividade e menor custo.

É urgente rever a estrutura da máquina estatal, cujo peso impacta todas as cadeias produtivas, como ocorre no setor que represento, o de telecomunicações. Constituído por mais de 32 mil empresas, emprega 2,1 milhões de pessoas e recolhe R\$ 50 bilhões anuais em tributos. Fazemos parte da grande área dos serviços, que representa 70% do PIB nacional. A palavra da vez agora é cortar despesas com mais eficiência, para fugirmos do ciclo vicioso de aumento de tributos, que compromete muito nossa capacidade de investir, inovar e manter empregos.

Na equação do custo do Estado é preciso rever o aspecto referente à estrutura dos recursos humanos, um dos principais focos da PEC 38. Sabemos que o Brasil não tem número excessivo de servidores públicos, mas gasta muito mais com eles do que a grande maioria dos países. Aqui, esse dispêndio representa cerca de 3,5% do PIB e, o que é mais grave, sem o retorno esperado em eficiência, qualidade e agilidade dos serviços prestados à população.

O funcionalismo público é fundamental e deve ser valorizado, mas é preciso haver plano de cargos e salários, avaliação de desempenho profissional e incentivo à produtividade. Além disso, é pertinente a possibilidade de desligamentos quando a performance não for satisfatória. É preciso, ainda, readequar o custeio dos três Poderes, revendo altas remunerações, adicionais e benefícios exagerados, viagens desnecessárias e outras despesas não prioritárias para aqueles que pagam impostos. O aporte tecnológico, também previsto na PEC 38, é muito importante para melhorar a eficiência do Estado.

É um absurdo que, em um país com 33,27% de carga tributária sobre o PIB, acima da média da América Latina e quase no mesmo patamar da

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), se caia na alternativa de majorar impostos. A máquina pública consome quase 40% das nossas riquezas. Devemos olhar com atenção para a saúde, educação e segurança. O foco agora é gestão.

É preciso enfrentar o problema do custo Brasil. Por isso, é decisivo dar andamento à reforma administrativa, incluindo avaliação de desempenho, desburocratização e uso intensivo de tecnologia. É preciso rever contratos, priorizar parcerias que proporcionem eficiência, cortar despesas não prioritárias e revisar vinculações com salário mínimo, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e impacto da arrecadação na dupla saúde-educação.

O Estado não pode gastar mais do que arrecada. Em um mundo marcado pelo recrudescimento do protecionismo e guerra tarifária entre grandes economias, competitividade não se constrói com mais impostos, mas com eficiência, segurança jurídica e estímulo à produção. Para atingir um nível mais robusto de crescimento sustentado, precisamos de uma taxa nacional de investimentos em torno de 22% do PIB. Hoje, esse indicador está em torno de 17% e continuará assim se for mantido o vício de onerar as empresas.

Assim, a reforma administrativa, que felizmente está sendo desengavetada pelo Congresso Nacional, é urgente e imprescindível. Nesse contexto, a PEC 38 é um avanço no sentido de modernizar o Estado, racionalizar seu custo e melhorar os serviços que entrega à sociedade. Se forem necessárias melhorias no texto, está na hora da revisão. O Brasil precisa disso!

Qualquer reforma administrativa digna desse nome deve buscar modernização com valorização. Deve estimular o mérito sem eliminar a estabilidade; promover formação e desenvolvimento sem destruir carreiras; corrigir distorções sem extinguir direitos

O funcionalismo deve ser valorizado, mas é preciso haver plano de cargos e salários, avaliação de desempenho e incentivo à produtividade. Além disso, é pertinente a possibilidade de desligamentos quando a performance não for satisfatória